



**REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
PROCESSO SELETIVO – MESTRADO 2020.1**

Nos termos do Edital UFMS N° 2, do Processo Seletivo 2020.1 visando à seleção de candidatos para preenchimento de vagas no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, Curso de Mestrado, da Faculdade de Educação, REQUEIRO a isenção do pagamento da taxa de isenção, de que trata a Lei 12.799 de 10 de abril de 2013:

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

Nome _____	Nº de inscrição _____	
Rua: _____	nº _____	
Cidade: _____	Bairro: _____	CEP: _____
Telefone comercial: () _____	Residencial: () _____	Celular: () _____
CPF: _____	e-mail: _____	
CTPS: _____	Série: _____	Data de exp. ____/____/____
Identidade: _____	Orgão expedidor _____	Data exp. ____/____/____
Cadastro Único Programas Sociais – Governo Federal (Cad. Único): _____		

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição do Processo Seletivo 2020.1 – Mestrado em Educação (PPGEdu/CPTL), que apresento condição de Hipossuficiência Financeira, nos termos da Lei 12.799 de 10 de abril de 2013. Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de minha inteira responsabilidade, podendo a Comissão do Processo Seletivo, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração idônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder o cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do Processo Seletivo, podendo adotar medidas legais contra minha pessoa, inclusive a de natureza criminal.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do candidato

OBS.: O candidato deverá encaminhar ao PPGEdu/CPTL, conforme item 3.2 do Edital UFMS N°2, de 12 de setembro de 2019, os seguintes documentos:

- Requerimento de isenção da taxa devidamente assinado;
- Comprovante de rendimento familiar per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio;
- Comprovante de ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsista integral em escola da rede privada; e
- Demais documentos que possam comprovar a situação alegada (ex.: CTPS, declarações etc).